



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

POBREZA NO CAPITALISMO: CRÍTICA NEGATIVA DE UMA QUESTÃO LATENTE

María Fernanda Escurra (a) - a
a

POBREZA NO CAPITALISMO: crítica negativa de uma questão latente

Palavras-chave: Pobreza; Leitura Hegemônica; Crítica Negativa; Capitalismo.

Keywords: Poverty; Hegemonic Reading; Negative Critique; Capitalism.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta reflexões de pesquisa desenvolvida sobre a pobreza no capitalismo com base na crítica negativa de Marx. Ecurra (2019, *apud* POSTONE, 2014, p. 83), observa que Marx ao formular uma “crítica do trabalho no capitalismo”, com base na análise da especificidade histórica do trabalho, transformou a essência da crítica social baseada na teoria do valor-trabalho de “positiva” em “negativa”.¹ A “crítica do trabalho no capitalismo” – a crítica negativa – tem como objetos da crítica tanto o capital como o trabalho e é desenvolvida com base no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente, apontando a possibilidade de outra formação social. Ecurra (2019, *apud* POSTONE, 2014, p. 84) ressalta, ainda que, em contraste, a “crítica positiva do trabalho” é uma crítica social do “ponto de vista do trabalho”, não aponta para além do existente, pois consiste na crítica do que é com base no que também é e, assim, subentende só uma variação no interior da formação social capitalista. Neste sentido, nossa pesquisa versa em duas instâncias críticas. A primeira delas visa decompor pela via analítico-abstrativa o que identificamos como uma leitura hegemônica da pobreza (foco desta reflexão) e, em um segundo momento, propõe contrapor a sua antítese, a crítica negativa da pobreza no capitalismo, e para tanto recorreremos à teoria marxiana do valor-trabalho.

2- METODOLOGIA

A metodologia incluía abordagem do objeto através do levantamento de pesquisa bibliográfica e documental. Seguimos um caminho cujas etapas consistem em uma pré-análise (em que há a retomada do objeto e dos objetivos da pesquisa, por meio de leituras para captação geral do conteúdo que nos propomos a investigar); exploração do material colhido (forma desdobrada das categorias filosófico-científicas específicas e elaboração de uma análise); tratamento dos dados (via interpretações críticas a partir das discussões teóricas).

3- DESENVOLVIMENTO

Se considerada a leitura hegemônica sobre a pobreza, claramente conservadora, identificamos autores como Sen que propõe como combate à pobreza mecanismos para o “empoderamento”, “desenvolvimento de capacidades”, “expansão de liberdades”. Giddens e

¹ Sobre crítica negativa e crítica positiva ver, também, DUAYER (2011).

Beck² sugerem, por exemplo, “administração de risco”, “participação ativa da sociedade” e “estabelecimento de parcerias público-privadas”. Giddens (2004, p. 318) agrupa os estudos existentes acerca do fenômeno da pobreza e os divide em dois: os que consideram “os indivíduos pobres responsáveis pela sua própria pobreza” e os que “consideram a pobreza produzida e reproduzida pelas forças estruturais do sistema”. No primeiro grupo os pobres são considerados responsáveis pela sua posição desprivilegiada, e são colocados como incapazes de vencer na sociedade, ou seja, a ideia de que a pobreza estaria ligada à falta de talento, ausência de motivação etc. Nessa perspectiva, uma das teorias mais influentes é a do Oscar Lewis em que o autor sugere que existe, entre os pobres, uma certa “cultura da pobreza”. Segundo o Lewis (*apud* GIDDENS, 2004, p. 319), a cultura da pobreza provocaria nos pobres a resignação a uma vida de empobrecimento, e isso seria transmitido entre as gerações. Seguindo o exposto por Giddens, conforme a perspectiva que explica a pobreza como “resultado de grandes processos sociais”, a falta de ambição dos pobres seria explicada como uma consequência. Assim, a solução para a pobreza residiria no requerimento de medidas políticas com o objetivo de distribuir de maneira uniforme os rendimentos e os recursos para a sociedade. No que diz respeito à definição, bem como à forma de mensuração da pobreza, a questão da renda e a satisfação de necessidades básicas têm papel central nos estudos contemporâneos (ROCHA, 2006). Rocha define a “pobreza absoluta” como questões de sobrevivência física, o não atendimento das necessidades vitais. Já os estudos sobre “pobreza relativa” buscam analisar o fenômeno a partir da definição de necessidades em função do modo de vida de determinado tempo e sociedade. A autora ressalta, também, que a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda se generalizou e começou a ser adotada inclusive nos países mais pobres. Giddens (2004, p. 313) expõe que o conceito de “pobreza absoluta” está relacionado à ideia de subsistência, às condições básicas que garantem uma existência física. Este conceito se caracteriza como universalmente aplicável, devido a existência de padrões de subsistência humana tidos como mais ou menos os mesmos para os indivíduos de idade e constituição física equivalente. Há divergências e embate de idéias acerca desse conceito, pois os que não aceitam essa possibilidade de identificar o padrão exposto acima, argumentam que o correto seria utilizar o conceito de “pobreza relativa”. Rocha (2006) observa que os defensores do conceito de pobreza relativa afirmam que a pobreza é culturalmente definida, e que o padrão de privação universal não caberia para medi-la, pois as necessidades humanas são diferentes entre as sociedades e até mesmo no seu interior, e chama atenção para as dificuldades existentes nas formulações dos conceitos de pobreza

² Abordar estes autores é de extrema relevância, dado o fato que seus fundamentos teóricos orientam as formulações do Banco Mundial, aparato supranacional do capitalismo contemporâneo que exerce influência notável sobre as demais instituições, tanto internacionais como nacionais.

absoluta e relativa.

4- RESULTADOS

Partindo destas considerações é possível destacar algumas questões principais: a identificação da leitura hegemônica da pobreza enquanto uma crítica positiva, na medida em que considera o fenômeno da pobreza com base no existente e pelo fato que sua compreensão não extrapola os limites desta forma de organização social. Neste sentido, entre as questões mais enfatizadas na literatura sobre a caracterização conservadora da pobreza, nota-se que o Banco Mundial tem desenvolvido inúmeros relatórios com o objetivo de “atacar” e “reduzir” a pobreza. Entretanto, fica patente que as principais razões para a continuidade e permanência da pobreza como questão latente não são escrutinadas. A perspectiva que orienta nossa pesquisa, a crítica negativa, possibilita avançar para além da questão distributiva e do desenvolvimento de capacidades individuais e comunitárias e abre caminho para uma “crítica ontológica”(DUAYER, 2006) das explicações superficiais e falsas, que de certa maneira se impõem como eixos explicativos e formas usuais de compreender os fenômenos sociais, apesar de não chegarem à raiz das questões, no nosso caso a pobreza sob o capital.

5- CONCLUSÃO

Notoriamente, os fundamentos teóricos das análises correntes sobre o fenômeno da pobreza contemporânea no capitalismo não conseguem dar conta do fenômeno. Isto se revela como consequência das limitações de concepções teóricas regularmente adotadas na formulação de tais análises. Nesta perspectiva, a pobreza é interpretada como um problema de administração, relativa às ações individuais, apartada da estrutura social e da dinâmica que produz e reproduz. Por conseguinte, os elementos que tornam a pobreza intrínseca - apesar de não exclusiva, a não ser por suas especificidades - ao modo de produção capitalista, não são levados em consideração. Logo, a pobreza acaba por ser naturalizada e considerada como fenômeno eterno. No entanto, apesar da inépcia fundamental contida nessas análises, é preciso encará-las com relevância, visto que compõem a leitura hegemônica do fenômeno, amplamente difundida nas relações sociais cotidianas, chegando a orientar a elaboração de propostas voltadas para seu enfrentamento. Em contraste com a corrente reatualização de antigas formas de análises do fenômeno, a crítica negativa procura apreender a gênese da pobreza, bem como sua reprodução, a partir dos elementos constitutivos que se estabelecem no movimento de valorização do capital. Por esse motivo, entendemos que a sua superação não se dará nos limites desta forma de organização social historicamente determinada.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990. A pobreza*, 1990. _____ . *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001. Luta contra a pobreza. Oportunidade, autonomia e segurança*, 2000. _____ . *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2014. Riesgo y oportunidad. La administración del riego como instrumento de desarrollo*, 2013.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1997. _____ . *La sociedad del riesgo mundial. En busca de la seguridad perdida*. Barcelona: Paidós, 2008.
- DUAYER, M. Anti-realismo e absolutas crenças relativas. *Margem Esquerda. Ensaios marxistas*, N° 8, novembro. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 109-130. _____ . Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In: *Margem Esquerda. Ensaios marxistas*, N° 17, novembro. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 88-99.
- ESCURRA, M. F. Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx. 2015. 226 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. _____ . O trabalho como mediação social e sua centralidade sob o capital. 2019 (mimeo)
- GIDDENS, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIDDENS, A.; PIERSON, C. *Conversas com Anthony Giddens. O Sentido da Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- SEN, A. K. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. _____ . *Desenvolvimento como liberdade*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.